

PROFESSORES DE LÍNGUA INGLESA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: QUE FORMAÇÃO?

Heidi Sirlei de Oliveira Lima
Universidade Estadual de Santa Cruz

Maria Elizabete Souza Couto
Universidade Estadual de Santa Cruz

Resumo: Um desafio dos licenciados em Língua Inglesa (LI) é lecionar em turmas da Educação Infantil (EI), pois não são habilitados para atuar nessa etapa de ensino. É comum a prática desse ensino em algumas escolas, visto que muitas crianças apresentam facilidade em aprender uma língua estrangeira. Entretanto, alguns profissionais aceitam a docência sem uma formação para pensar a aprendizagem, estratégias e recursos e conhecimentos específicos da língua inglesa para essa etapa da educação básica. Justificam-se esses estudos e discussões, pois pode contribuir para a formação de professores e para a sua prática docente nas aulas de Língua Inglesa com qualidade e adequadas para crianças. Esta pesquisa tem como objetivo analisar o que apresentam as dissertações e teses já concluídas sobre o ensino de Língua Inglesa na Educação Infantil na área de Educação. Foi uma pesquisa bibliográfica, realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e foram encontrados 31 trabalhos sobre o ensino de Língua Inglesa na Educação Infantil. Destes destacamos cinco trabalhos, uma tese e quatro dissertações, realizados em Programas de Pós Graduação na área de Educação. A leitura do material indicou que as pesquisas já realizadas contribuem para reflexões sobre a formação de professores e o ensino da Língua Inglesa na Educação Infantil, considerando que os cursos de Graduação (Letras e Pedagogia), nas universidades, ainda não oferecem formação para que os professores lecionem a Língua Inglesa com as crianças.

Palavras-chave: Educação Infantil. Língua Inglesa. Professores de Língua Inglesa.

Introdução

Ao se formarem no curso de Letras, com habilitação em Língua Portuguesa e em Língua Inglesa, alguns professores se deparam com um grande desafio: ensinar língua estrangeira na Educação Infantil. Esses profissionais não são licenciados para atuar com esse público, mesmo tendo a formação mais indicada para esse ensino por se tratar de um curso que permite a docência de línguas. Conforme as regulamentações da educação (LDB/1996; RCNEI/1998; CNE/CP nº 1/2006) para desenvolver a docência nessa etapa do ensino é exigida a formação em Pedagogia. Entretanto, quando as escolas oferecem o ensino da Língua Inglesa para as crianças, não é tarefa do Pedagogo, mas do profissional formado em Letras¹ com habilitação em Língua Estrangeira (LE).

¹ O curso de Letras (Português/Inglês) prepara profissionais para lecionar a língua estrangeira nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Na cidade de Ilhéus-BA há algumas escolas da rede particular que oferecem o ensino de pelo menos uma língua estrangeira, mais precisamente, a Língua Inglesa (LI), na Educação Infantil (EI). Enquanto professora de Língua Inglesa na Educação Infantil, inicialmente, tinha dificuldades em planejar, em dinamizar as aulas, deixar o ensino mais atrativo e lúdico, escolher materiais para que as crianças aprendessem com facilidade e brincando.

Esses fatores me motivaram, desde a graduação em Letras, a pesquisar e estudar mais sobre esse ensino, visto que percebi que os conhecimentos que possuía ainda não davam conta de realizar um planejamento e ensinar aos meus alunos e conheci profissionais que compartilhavam dos mesmos desafios e angústias por não ter um conjunto de conhecimentos e práticas para trabalhar com crianças. E, para a busca de uma solução, precisamos compreender a formação acadêmica e o que nela é preciso para que as práticas docentes na Educação Infantil sejam satisfatórias. Nesse sentido, recentemente fui aprovada no SISU e estou cursando a Pedagogia, como possibilidade de ampliar meus conhecimentos sobre a infância, o conhecimento pedagógico e como uma criança aprende.

De maneira geral, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) só inclui a oferta do ensino de Língua Estrangeira apenas a partir do sexto ano do Ensino Fundamental. No entanto, já podemos observar alguns avanços dessa lei em algumas cidades. Exemplo disso é a cidade de Ilhéus que o Plano Municipal de Educação - PME (Lei Nº 3.629/2015) contempla o ensino de Língua Estrangeira em todo o ensino fundamental (anos iniciais e finais) como estratégia a ser alcançada até o ano de 2020, mas ainda não contempla esse ensino na Educação Infantil, enquanto que em muitas escolas da rede particular na cidade já oferecem.

Assim, partindo do pressuposto que o professor não tem a preparação e nem a formação satisfatória para o ensino de Língua Estrangeira para Crianças (LEC), temos como questão de pesquisa: o que apresentam as dissertações e teses já concluídas sobre o ensino de Língua Inglesa na Educação Infantil na área de Educação?

E com o objetivo de analisar o que apresentam as dissertações e teses já concluídas sobre o ensino de Língua Inglesa na Educação Infantil na área de Educação.

2 O ensino de Língua Inglesa na Educação Infantil

O ensino de línguas para crianças tem crescido em Ilhéus-Ba, não somente nos cursos de idiomas, mas, também, nas escolas particulares da cidade. Podemos observar isso nas campanhas para as matrículas do ano letivo nas quais cada escola tenta atrair seu público

oferecendo diversas vantagens em estudar lá, como o ensino de pelo ao menos uma Língua Estrangeira, por exemplo, a Língua Inglesa.

As crianças são espontâneas, desinibidas, curiosas e interessadas em sempre aprender algo novo. Isso pode ter contribuído para o interesse ensinar Inglês cada vez mais cedo. Estudos realizados por Rocha (2007) demonstraram a facilidade das crianças em aprender uma nova língua, ressaltando que fatores, como especificidade, objetivos, carga horária e o interesse da criança, podem facilitar ou não no seu desenvolvimento no processo de ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira.

O ensino de uma Língua Estrangeira desde a infância permite o contato e o conhecimento a outras culturas. E, independentemente da classe social da escola, das crianças, esse ensino deve ser oferecido de acordo com a sua realidade e necessidades, ainda que os pais, a família, não tenham preocupação e/ou conhecimento da importância de aprender uma outra língua.

Então, quanto mais a criança tiver acesso à outra língua, mais conhecimentos ela poderá compreender e construir sobre outras culturas e em paralelo à sua e, com isso, melhor poderá ser o seu aprendizado. Lembrando que independente desse ensino ser ofertado ou não, a criança já tem o contato com essa língua cotidianamente por meio de jogos, internet, desenhos e palavras etc., muitas vezes, sem perceber, pois, está inserida no contexto do crescente desenvolvimento e acesso às tecnologias.

Para uma língua ser considerada mundial, precisa ser falada em maior número como língua materna e como segunda língua e língua estrangeira. Ou seja, precisa ser falada não somente pelo país de origem, os nativos, mas diversos países, pelos demais falantes.

De acordo com os dados da Ethnologue (2020), a língua mais falada no mundo pelos falantes nativos é o Mandarim. Em seguida está a língua espanhola e, em terceiro lugar, a língua inglesa. Já como língua mais falada no mundo pelos nativos e pelos não-nativos, o Inglês fica em primeiro lugar com 1268 milhões de falantes em 146 países; e o Mandarim em segundo, com 1120 milhões de falantes em 29 países.

O inglês como língua mundial foi a primeira tendência em destaque dos anos 1990, com um crescimento rápido de aquisição da língua em vários países que, segundo Crystal (2005), somente o Latim e o Francês tiveram tanta expansão anteriormente.

Para Crystal (2005), a explicação para essa expansão seria a necessidade de ter uma língua em comum, uma língua franca, conceito que foi tão discutido durante os séculos. E a Língua Inglesa conquistou o título de língua mundial por meio de quatro poderes: o poder político, no período colonialista desde o século XVI; o poder tecnológico, associado ao

período da Revolução Industrial, na qual a maioria, tanto dos participantes da revolução quanto dos que viajavam em busca de aprenderem novas tecnologias, utilizava ou teve que aprender a língua inglesa; o poder econômico, com o grande crescimento populacional e, conseqüentemente, o crescimento econômico dos Estados Unidos, o que propiciou mais falantes da língua inglesa; e o poder cultural que se expandiu em vários lugares do mundo, principalmente, os de origem norte-americana.

Esses poderes foram decisivos para que o Inglês se tornasse uma língua importante e necessária na aprendizagem, principalmente no que se refere ao poder político e tecnológico. Todos os poderes propiciaram o desencadeamento do neoliberalismo, que teve como objetivos as mudanças sociais, políticas e econômicas e contribuiu para o desenvolvimento do processo de globalização em diversos países.

O Brasil foi um deles, principalmente após a ditadura militar. A educação sofreu forte influências, pois as ideias neoliberais visam o crescimento do mercado, o capitalismo e vê os indivíduos como mão de obra. Com esse pensamento, a escola é vista como espaço no qual irá preparar apenas futuros trabalhadores e consumidores. Guimarães (2018, p. 46) ressalta:

Atrelar os ideais neoliberais, que no setor econômico já causa grandes perdas e nos leva a tantos questionamentos, à educação, significa enxergar os educandos, também, como mão de obra. Essa comparação entre o trabalhador e o educando deve ser problematizada, pois um educando não pode ser valorizado apenas por ter aprendido determinadas habilidades para exercer uma profissão no mercado de trabalho (como apenas fazer contas, falar inglês para ter melhores salários etc.), tampouco deve-se abster o aluno de pensar criticamente, apenas o treinando para reproduzir convenções sociais.

Nesse sentido, o ensino de Língua Inglesa foi fortalecido no Brasil por questões de poder pela concepção tecnicista e podemos perceber as conseqüências disso ainda hoje na reprodução de discursos que justificam a Língua Inglesa nos currículos como preparação para o mercado de trabalho e ascensão social. A função social da língua e a importância da aprendizagem de outra cultura, acabam não sendo valorizadas e a formação se restringe à competição por emprego para atender as exigências neoliberais.

Além disso, há a valorização do ensino de apenas uma língua, a inglesa, e a valorização de apenas uma cultura, a norte-americana. Então, há o silenciamento de outras culturas de uma mesma língua, e de outras línguas, e, conseqüentemente, a sua inferiorização hierárquica.

A Lei de Diretrizes e Bases (9394/96) demonstrou esse silenciamento ao estabelecer somente o ensino de uma língua estrangeira, a língua inglesa. Nos anos finais do Ensino Fundamental é a única língua a ser ensinada e no Ensino Médio é possibilitado o ensino de outra Língua Estrangeira com o caráter optativo, e de preferência a língua espanhola, mas reforça que apenas o ensino de Língua Inglesa é obrigatório. A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) ressalta essa valorização ao propor objetivos e habilidades apenas da Língua Inglesa.

A Língua Inglesa ganha um prestígio sem que, muitas vezes, nos questionemos sobre o porquê, com os reais objetivos está sendo inserida na educação, principalmente, no que se diz respeito à escolha de determinada cultura e não de outra. Silva (2005) ao apresentar as teorias do currículo, discorre sobre os conceitos que cada uma estabelece nos currículos e a teoria pós-crítica defende justamente a inclusão e valorização de todas as culturas, sem que haja a hierarquização de nenhuma delas, pois escolher e/ou priorizar uma em detrimento de outra está relacionada às questões de poder corroborando com o silenciamento de outras identidades.

Um dos papéis dos professores de LI é ser um profissional crítico e propiciar a criticidade e a autonomia no processo de ensino-aprendizagem, pois “[...] a promoção da ingenuidade para a criticidade não se dá automaticamente, uma das tarefas precípuas da prática educativo-progressista é exatamente o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, indócil” (FREIRE, 1996, p. 15). É preciso, então, entender e analisar as políticas educacionais para se pensar em formação docente e em práticas pedagógicas que reflitam e critiquem as ideologias impostas e valorizem as culturas.

2.1 Marcos legais e a Língua Inglesa na Educação Infantil

O ensino de Língua Inglesa no Brasil surgiu desde a fundação do primeiro Colégio Imperial. Segundo Leffa (1999), o ensino de línguas modernas (francês, inglês, alemão e italiano) surgiu posteriormente à criação do Colégio Dom Pedro II em 1837, no Rio de Janeiro. Apesar disso, a Língua Inglesa somente foi inserida nos currículos escolares como direito de qualquer indivíduo, seja na rede pública ou na rede particular, bem mais tarde, já na década de 1990 quando a Lei 9394/96 foi promulgada.

Mas, antes desse momento, o ensino de línguas na infância já era objeto de interesse de institutos de idiomas e escolas particulares da educação básica. Segundo Colombo e

Consolo (2016), a partir do final da década de 1960 houve essa oferta de ensino para o público infantil, o que tem crescido muito desde então:

No Brasil, alguns institutos de idiomas voltados especificamente ao público infantil garantem oferecer o ensino desde o final da década de 1960 – período que coincide com o início da cultura de aprender línguas em escolas de línguas no Brasil. O interesse por estudos voltados ao ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras para e por crianças intensificou-se, contudo, a começar do século XX, fazendo-se as escolas regulares públicas mais presentes nestes estudos a partir do ano de 2000 (p. 55).

Vários fatores foram responsáveis por esse crescimento, do Inglês ter se tornado uma língua globalizada, com o crescimento das exigências de ser bilíngue para ingressar o mercado de trabalho, ao grande contato que temos com o Inglês todos os dias em diversos textos: em manuais de instruções, nos jogos, nos filmes, nos desenhos infantis, nas músicas, nos aplicativos ou programas de celular e computador, nos vocabulários que utilizamos na língua portuguesa sem percebermos etc...

No estado da Bahia existem nove universidades públicas (as federais: Universidade Oeste da Bahia, Universidade do Vale do São Francisco, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Recôncavo Baiano e a Universidade Federal do Sul da Bahia; e as estaduais: Universidade Estadual de Santa Cruz, Universidade do Estado da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana e a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia) e verificando no site, ofertam o curso de Letras, entretanto as ementas das disciplinas não estão disponíveis. Mas, observamos, na estrutura curricular, que não há a oferta de disciplinas sobre o ensino da Língua Inglesa na Educação Infantil no curso de Letras, exceto na Universidade Federal da Bahia (Campus Salvador), que oferece uma disciplina optativa denominada “Educação Infantil”, porém não fica explícito o foco e o objetivo dela para a formação do profissional. Sendo uma disciplina optativa, não fica claro a possibilidade de oferta.

O que resulta em uma formação de professores sem habilitação para lecionar LIC, tendo em vista que muitas escolas da rede particular oferta ensino desde a Educação Infantil e/ou desde os anos iniciais do Ensino Fundamental, como também nas escolas da rede públicas, como estabelece o artigo 31 da Resolução CNE/CEB 7/2010:

§ 1º Nas escolas que optarem por incluir Língua Estrangeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o professor deverá ter licenciatura específica no componente curricular.

§ 2º Nos casos em que esses componentes curriculares sejam desenvolvidos por professores com licenciatura específica (conforme Parecer CNE/CEB nº 2/2008), deve ser assegurada a integração com os demais componentes trabalhados pelo professor de referência da turma (BRASIL, 2010, p. 9).

Mas como garantir esse tipo de formação se, em alguns casos, ele não foi preparado para isso em sua formação inicial e ou formação continuada? E de que forma o docente irá fazer a integração com os demais componentes trabalhados na turma?

Temos então duas problemáticas: a primeira refere-se ao profissional de Língua Inglesa (LI), visto que deverá ter não só o domínio do ensino de línguas, mas a competência para ensinar crianças e os conhecimentos para o processo de ensino e aprendizagem às crianças da Educação Infantil é um domínio do profissional formado em Pedagogia.

O profissional, estabelecido pela Resolução CNE/CEB 7/2010, precisa ter a licenciatura obtida pelo curso de Letras (Língua Portuguesa/Língua Inglesa). No entanto, em muitas universidades, ainda não há em seu currículo disciplinas que trabalhem os conhecimentos necessários para o ensino de línguas para crianças (LIC). Tal situação se justifica pelo fato de que pelas leis e documentos oficiais (como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)), indicam a oferta do ensino de Língua Estrangeira em toda rede de ensino, a partir do sexto ano do Ensino Fundamental.

Podemos perceber que apesar da Língua Estrangeira ser ensinada cada vez mais cedo, ainda existe a necessidade de qualificação na formação docente inicial ou continuada, seja para a Educação Infantil ou os anos iniciais do Ensino Fundamental. Cristovão e Tonelli (2010, p. 68) defendem a importância da formação específica de Língua Inglesa para as Crianças (LIC):

Entendendo que os cursos de Letras devam se adaptar às novas realidades e necessidades no desempenho do ensino de línguas é que defendemos a formação (inicial e continuada) de profissionais que possam também atuar em contextos de ensino de LIC. Nessa perspectiva, defendemos a formação global e plural do profissional de LIC e, para tal, acreditamos na necessidade da inserção de programas para a formação desse professor [...].

A segunda problemática é a integração da disciplina Inglês com os outros componentes que o docente da turma, que ensina as demais disciplinas, esteja trabalhando. A justificativa é que se o professor não foi preparado na universidade e precisa adequar esse ensino para crianças, então ele poderá ter dificuldades por mobilizar conhecimentos sobre

como as crianças aprendem e qual a metodologia adequada para todas as suas especificidades. Então, se não tem esse domínio, como conseguirá fazer essa adaptação sem estudos específicos?

E, além da questão da formação, faltam também documentos oficiais que contemplem o ensino de línguas na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental e não somente a partir do 6º ano, como a maioria deles ressalta.

Esses documentos corroboram para que se cumpra cientificamente e pedagogicamente o que orienta o § 2º do artigo 31 da Resolução CNE/CEB 7/2010 ao falar da necessidade de fazer, pelos professores de línguas, a integração dos componentes curriculares da Língua Estrangeira com as demais disciplinas trabalhadas naquele ano escolar. Pois, o docente poderá adaptar e facilitar a aprendizagem e voltar às realidades e especificidades das crianças.

Portanto, há a ausência da oferta de componentes curriculares nos currículos da formação o que pode dificultar o ensino de LIC, pois os profissionais devem estar aptos para atuarem com crianças, porém esses fatores intensificam os difíceis percursos para a aprendizagem de línguas na Educação Infantil. Contudo, para os docentes que querem assumir esse tipo de ensino precisam buscar estudos e aperfeiçoar sua formação e, assim, ter condições de adequar as propostas à uma aprendizagem com qualidade, respeitando as especificidades de cada indivíduo.

Assim, educar crianças exige muito mais do que afetividade e cuidados infantis. É necessário ter conhecimentos específicos para atuação crítica na formação dos indivíduos. E requer que os profissionais da Educação compreendam, escutem, valorizem e estimulem os conhecimentos que as crianças têm e avancem na construção das aprendizagens.

Na organização da etapa da Educação Infantil, a Lei de Diretrizes e Bases – LDB (nº 9394/96) foi o primeiro documento a definir o termo Educação Infantil como a primeira etapa de ensino público na educação básica. A partir de então, as instituições de ensino com atendimento infantil não mais se restringiriam ao assistencialismo, mas, sim, como espaço de cuidados e educação. Paschoal e Machado (2012) mostram que:

[...] verifica-se um grande avanço no que diz respeito aos direitos da criança pequena, uma vez que a educação infantil, além de ser considerada a primeira etapa da Educação Básica, embora não obrigatória, é um direito da criança e tem o objetivo de proporcionar condições adequadas para o desenvolvimento do bem-estar infantil, como o desenvolvimento físico, motor, emocional, social, intelectual e a ampliação de suas experiências (2012, p. 86).

Desse modo, cuidar e educar tornava-se características das creches e pré-escolas. As crianças começaram a ser vistas como indivíduos capazes de pensar e construir seu próprio conhecimento, e esses fatores deveriam ser valorizadas e estimuladas, pela instituição e pelos professores, de acordo com os seus interesses.

Outro aspecto essencial é que as crianças têm sua própria forma de agir, de pensar, de interagir e de dar sentido às suas próprias descobertas. Os educadores têm o grande desafio de compreender que o ensino vai além de abordar conteúdos específicos, pois precisam estar articulados às práticas sociais e estar atentos à forma como as crianças aprendem e buscam novas aprendizagens.

Outro documento que nos ajudou a refletir a etapa da Educação Infantil, foi o Referencial Nacional Curricular para a Educação Infantil – RCNEI (1998) que sugere essa etapa como o momento em que se devem desenvolver práticas pedagógicas lúdicas com intencionalidade prevista de construção de conhecimento das mais diversas potencialidades das crianças e de relações de interação social com as pessoas e com os meios em que vivem.

O RCNEI (1998) enfatiza que o profissional na Educação Infantil deve ser aquele com competências polivalentes que “significa que ao professor cabe trabalhar com conteúdos de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento” (BRASIL, 1998, p. 41).

Mas essa competência depende da formação ampla desse docente para que sejam comprometidos com as práticas educacionais que respondam às necessidades sociais das crianças e para que esse profissional seja um aprendiz que reflete constantemente suas práticas e as ressignifica diante dos enfrentamentos enquanto ator social.

As demandas educacionais estão sempre em constantes mudanças, as quais exigem preparação e especialização dos profissionais para atuarem no ambiente escolar. Isso porque, para garantir que haja um ensino coerente com as necessidades das crianças com o objetivo de desenvolver a aprendizagem e o seu desenvolvimento, é preciso integrar o conjunto de teorias e práticas para que os professores sejam capazes de refletir criticamente sobre as concepções de educação e, assim, possam contribuir para a construção de diferentes saberes na educação básica.

Os estudos realizados no curso de Pedagogia têm como objetivo formar profissionais para atuarem como docentes, ou seja, é a Pedagogia responsável pelo processo de ensino e aprendizagem nos primeiros anos da criança na escola. E a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica.

Já nas diretrizes para o curso de Letras o CNE/CES nº 492 de 03/04/2001 estabelece que “[...] o profissional em Letras deve ter domínio do uso da língua ou das línguas que sejam objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais, além de ter consciência das variedades lingüísticas e culturais” (BRASIL, 2001).

E o CNE/CES nº 83 de 13/05/2002 estabelece as competências e habilidades do profissional de Letras, como “domínio do uso da língua portuguesa ou de uma língua estrangeira, nas suas manifestações oral e escrita, em termos de recepção e produção de textos” e o “domínio dos conteúdos básicos que são objeto dos processos de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio” (BRASIL, 2002).

3 Metodologia

Esta é uma pesquisa em andamento, de abordagem qualitativa por “focalizar um fenômeno particular, levando em conta seu **contexto** e suas **múltiplas dimensões**. Valoriza-se o aspecto unitário, mas ressalta-se a necessidade da **análise situada e em profundidade**” (ANDRÉ, 2013, p. 97, grifo da autora). Ou seja, entende-se que o conhecimento é construído socialmente entre sujeitos, contextos e interações cotidianas. Esses fatores são atuantes na realidade, a transformam e é transformada por ela.

Realizamos uma pesquisa do tipo estado do conhecimento, pesquisando no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) as pesquisas que têm como objeto de estudo o ensino de Língua Inglesa na Educação Infantil, nos últimos seis anos, as regiões e temáticas, tendo como descritores: Língua Inglesa na Educação Infantil; Língua estrangeira para crianças; Inglês para crianças; e Inglês na Educação Infantil.

4 O ensino de Língua Inglesa: pesquisas realizadas nos programas de Pós-Graduação em Educação

Para analisar o contexto do ensino da Língua Inglesa na Educação Infantil, recorreremos ao banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), onde foram encontrados 31 trabalhos sobre o ensino de Língua Inglesa na Educação Infantil. Os dados foram obtidos e classificados em ano de publicação, região do país, universidade, quantidade e o tipo de trabalho, tese ou dissertação, assim como descritos no Quadro 1:

QUADRO 1 – Publicações de teses ou dissertações sobre LIC no Brasil

Ano	Região	Total
-----	--------	-------

	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	
2015	UFRPE: (1) Dissertação	-	UNB: (1) Dissertação	PUC-SP: (1) Dissertação	-	3
2016	UFPE: (1) Tese	-	-	PUC-RJ: (1) Dissertação PUC-SP: (1) Dissertação USP: (1) Dissertação UNESP: (1) Tese	UEL: (4) Dissertações	9
2017	-	-	UNB: (1) Dissertação	USP: (1) Tese PUC-SP (1) Dissertação UFJF (1) Dissertação	PUC-RS: (1) Dissertação UEL (1) Dissertação	6
2018	UFMG: (1) Dissertação UFS: (1) Dissertação	-	UNB: (1) Dissertação	USP: (1) Dissertação UFES: (1) Dissertação	UEL: (4) Dissertações UFP: (1) Dissertação	10
2019	-	-	-	UFES: (1) Dissertação UFSCar: (1) Tese	UTFPR: (1) Dissertação	3
2020	-	-	-	-	-	-
2021	-	-	-	-	-	-
Total	4	0	3	12	12	31

Fonte: elaborado pela autora (2021)

Como se pode observar, a região do país com a menor quantidade de pesquisas sobre o ensino de língua inglesa para crianças da Educação Infantil foi o Centro-Oeste. A que teve mais pesquisas, foram as regiões Sul e Sudeste com 12 pesquisas em cada uma. Entre elas, nove foram da Universidade Estadual de Londrina (UEL), a universidade que realizou mais pesquisas. Não foram encontradas pesquisas da região Norte do país.

Para o presente trabalho, destaca-se as pesquisas realizadas nos Programas de Pós Graduação em Educação, no período entre 2015 a 2021, visto que é nele que se encontram os processos formativos e subsídios para estudar e analisar, especificamente, a formação do professor que irá lecionar na Educação Infantil como diz o documento sobre os requisitos para Apresentação de Propostas de Cursos Novos (APCN) da CAPES, o que “[...] significa que a formação predominante dos PPG em Educação resulta na contribuição com a ampliação da formação dos educadores que atuam nas escolas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio no país” (2019, p. 11). No total foram encontrados cinco trabalho, sendo uma tese e quatro dissertações. Dos anos investigados, não foram encontradas pesquisas nos anos de 2015, 2020 e 2021 em programas de pós-graduação.

A primeira pesquisa encontrada foi a tese de doutorado, realizado por Palhares

(2016), na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O estudo teve como objetivo analisar os discursos de professoras, supervisoras e coordenadora de uma escola sobre a língua inglesa na Educação Infantil e, com base na Análise de Discurso francesa (AD) e nos estudos de Pêcheux e Orlandi, teve como resultado uma grande parte dos discursos analisados demonstrando um silenciamento em relação à cultura, a língua e à política em detrimento de uma supervalorização do método, no qual o ensino e a aprendizagem tratam a língua como supostamente neutra, sem história e sem relação com algum tipo de poder.

A segunda pesquisa encontrada foi a dissertação de mestrado, desenvolvida por Müller (2017), na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Com base na teoria sociocultural de Vygotsky, o objetivo foi observar as aprendizagens por meio das interações ocorridas nas aulas de língua inglesa da Educação Infantil, utilizando o método *Learning Fun*. Teve como resultado positivo as interações da professora com as crianças entre quatro e cinco anos na perspectiva da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) de Vygotsky, além de evidenciar que as aulas e o material lúdico desenvolvidos com base no método *Learning Fun* favoreceram a aquisição de língua inglesa como segunda língua.

Landau (2018), em sua dissertação de mestrado, desenvolvida pela Universidade de São Paulo (USP), investigou momentos lúdicos em um grupo de crianças de três e quatro anos para compreender como o processo de aquisição/aprendizagem da língua inglesa pode contribuir para a formação do sujeito criança. Também foi discutido o papel que o professor tem como mediador nesse processo, baseado na teoria histórico-cultural e de outros conceitos de Vygotsky. Por fim, foi constatado que as interações entre as crianças e professoras foram essenciais para desenvolver tanto a aquisição/aprendizagem de uma segunda língua quanto para desenvolver os aspectos afetivos e sociais em momentos lúdicos, fatores esses que contribuíram para a formação integral das crianças.

A dissertação de Negoceki (2018), realizada na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) teve como objetivo analisar as possibilidades e limitações da abordagem *Content and Language Integrated Learning* (CLIL), que consiste no ensino de conteúdos por meio da língua, nas aulas de Língua Inglesa da Educação Infantil. Com a participação da professora/pesquisadora e de crianças entre cinco e seis anos de idade de uma escola particular da cidade de Serra, Espírito Santo, a pesquisa teve como resultado a possibilidade relevante dessa abordagem, pois trouxe benefícios cognitivos e linguísticos às crianças, além da aprendizagem de conteúdos e habilidades específicas. Como limitação, o estudo demonstrou a falta de formação específica para o ensino de Língua Estrangeira para crianças de docentes graduados em Letras.

E a dissertação realizada por Vieira (2018), desenvolvida na Universidade Federal de Sergipe (UFS), objetivou analisar os efeitos das emoções para a aquisição da Língua Inglesa por crianças entre quatro e cinco anos de idade. A pesquisa evidenciou que, no contexto de mediação didática junto ao professor, as emoções vivenciadas pelas crianças influenciam na aquisição da Língua Inglesa.

Esses estudos contribuem para reflexões sobre a formação de professores e o ensino da Língua Inglesa na Educação Infantil, nos programas de Pós-Graduação em Educação, uma vez que se fazem necessárias essas discussões sobre a Língua Inglesa na Educação Infantil, visto que, ainda, poucas pesquisas são realizadas. E quando analisamos o estado da Bahia percebemos a falta desses estudos, pois não encontramos trabalhos sobre o tema entre os anos de 2015 a 2021, apesar de terem escolas que ofertam o ensino de LI na EI. Um outro fator a ser considerado é que os cursos de Graduação (Letras e Pedagogia), nas universidades, ainda não oferecem formação para que os professores lecionem Língua Inglesa com as crianças.

Nesse sentido, a presente pesquisa, que está em andamento, terá como finalidade contribuir para discussões sobre a formação de professores de Língua Inglesa na Educação Infantil com estudos sobre os conhecimentos específicos que os docentes necessitam para propor uma aprendizagem que respeite e atenda às necessidades das crianças.

Considerações

É possível perceber o ensino de Língua Inglesa cada vez mais cedo na primeira etapa da educação básica nas escolas da rede particular. Entretanto, em muitas instituições de ensino superior ainda não promovem a formação específica para esse ensino, visto que o curso de Letras prepara os profissionais para o ensino de língua materna e estrangeira para lecionar nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio; e o curso de Pedagogia prepara os profissionais para o ensino de várias áreas do conhecimento para a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, exceto a formação para o ensino de língua estrangeira.

Em contrapartida, as escolas continuam ofertando esse ensino mesmo que os profissionais não tenham formação específica adequada à cada etapa da educação básica e esses professores costumam encontrar dificuldades em se qualificar por falta de cursos específicos.

As pesquisas encontradas sobre o tema contribuem para as reflexões sobre a formação de professores e o ensino da Língua Inglesa na Educação Infantil, além de demonstrarem a necessidade de mais estudos para auxiliar na formação e nas práticas docentes desses

profissionais, pois esse ensino exige conhecimentos específicos que ainda precisam ser adquiridos.

Referências

ANDRÉ, Marli. **O que é um estudo de caso qualitativo em educação?** Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade, v. 22, n. 40, 2013.

BAHIA. Prefeitura Municipal de Ilhéus. Secretária de Educação e Cultura. **Plano Municipal de Educação - PME do Município de Ilhéus**. Lei Nº 3.629 de 23 de junho de 2015.

Disponível em:

<https://transparencia.ilheus.ba.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Lei_Ordinaria_3629_2015?cdLocal=5&arquivo={CBD63E08-830B-CBBC-DDBC-EBDB0CBAA8DC}.pdf>. Acesso 07 ago. 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**: Lei nº 9.394 – 24 de dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. MEC/SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Língua Estrangeira – 3º e 4º Ciclos do Ensino Fundamental**. Brasília: MEC, 1998. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_estrangeira.pdf>. Acesso em 25 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental.

Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil /Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Vol.1. Brasília: MEC\SEF, 1998. Disponível em:

<<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnxwZWVhZ29naWE2cGVyaW9kbzIwMTF8Z3g6N2Y5ZWVknzUwYjgxYjkwNw>>. Acesso em 25 mar. 2021.

BRASIL. **Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. **Parecer CNE/CES nº 83, de 13 de maio de 2002**. Consulta sobre a estruturação do curso de Licenciatura em Letras, tendo em vista as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Letras e para a Formação de Professores. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces083_07.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 1, de 15 de maio de 2006.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação; **Conselho Nacional de Educação**; Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 7/2010. Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf>. Acesso em 22 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Brasília, DF: MEC/SEB, 2013. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 25 mar. 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular. Educação é a base.** Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <<http://download.basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

CAPES. **Requisitos para apresentação de propostas de cursos novos (APCN) - Área 38:** Educação. 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/educacao-doc-area-2-pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2021.

COLOMBO, Camila Sthéfanie; CONSOLO, Douglas Altamiro. A implementação do ensino de ILEC no contexto brasileiro: percurso histórico e regulamentação político-pedagógica. In: **O ensino de inglês como língua estrangeira para crianças no Brasil: cenários e reflexões.** Curitiba: Cultura acadêmica, 2016.

CRISTOVÃO, V. L. L.; TONELLI, J. R. A. O papel dos cursos de Letras na formação de professores de inglês para crianças. **Calidoscópico**, v.8, n.1, p. 65- 76, 2010.

CRYSTAL, David. O futuro dos “ingleses”. In: **A Revolução da Linguagem.** Trad. Ricardo Quintana. Rio de Janeiro: Jorge Zahaar, 2005. p.19-50.

EBERHARD, David M.; SIMONS, Gary F.; FENNIG, Charles D. **Ethnologue: Languages of the World.** Vigésima terceira edição. Dallas, Texas: SIL International. (eds.). 2020. Disponível em: <<http://www.ethnologue.com>>. Acesso em 20 nov. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996. (coleção Leitura)

GUIMARÃES, Marianne V. **Educação neoliberal, escolas tecnicistas e ensino de língua inglesa: conexões e tensões**. 2018. 133f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

LANDAU, C.W. **Observações sobre o processo de aquisição/aprendizagem do inglês a partir de propostas lúdicas**: um estudo de caso relativo a um grupo de crianças de Educação Infantil de uma escola bilíngue. 2017. 271f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

LEFFA, Vilson J. O Ensino de Línguas Estrangeiras no Contexto Nacional. **Revista Contexturas**, APLIESP, n. 4, p. 13-24, 1999.

MÜLLER, Gislaine. **Interações em sala de aula**: auxiliando crianças a aprender uma segunda língua. 2017. 90f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

NEGOCEKI, Edineia B. **Uma proposta de ensino baseado na abordagem CLIL**: apropriações de uma professora/pesquisadora. 2018. 154f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018

PALHARES, Ana Cristina de M. H. **Línguas, culturas e educação**: discursos sobre a língua inglesa na educação infantil. 2016. 184f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

PASCHOAL, J. D.; MACHADO, M. C. G. **A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional**. Revista HISTEDBR Online, Campinas, SP, v. 9, n. 33, p. 78–95, 2012. DOI: 10.20396/rho.v9i33.8639555.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639555>. Acesso em: 13 dez. 2020.

ROCHA, Claudia Hilsdorf . **O Ensino de Línguas para Crianças no Contexto Educacional Brasileiro**: breves reflexões e possíveis previsões. DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada (PUCSP. Impresso), v. 23, p. 273-319, 2007.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias de currículo. 2. ed. Belo Horizonte. Autêntica. 2005.

VIEIRA, Camila A. C. **Entre cenários... crianças**: As emoções como experiência estético-formativa para a aquisição da língua inglesa. 2018. 74f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

Sobre as autoras:

Heidi Sirlei de Oliveira Lima

Mestranda em Educação, Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC; Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores da educação básica; hsolima@uesc.br

Maria Elizabete Souza Couto

Doutora em Educação (UFSC); Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC; Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores da educação básica; mcouto@uesc.br